

# **I CONGRESSO CRIM/UFMG**

## **MULHER, POLÍTICA E DEMOCRACIA**

---

M956

Mulher, política e democracia [Recurso eletrônico on-line] I Congresso CRIM/UFMG: UFMG – Belo Horizonte;

Organizadores: Luiza Martins Santos, Mariana Karla de Faria e Raíssa Emmerich Santana - Belo Horizonte: UFMG, 2021.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-364-1

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: Gênero, feminismos e violência.

1. Gênero. 2. Política. 3. Democracia. I. I Congresso CRIM/UFMG (1:2021: Belo Horizonte, MG).

CDU: 34

---



# I CONGRESSO CRIM/UFMG

## MULHER, POLÍTICA E DEMOCRACIA

---

### **Apresentação**

O CRIM/UFMG é um Programa de extensão universitária da UFMG sobre violência de gênero, proveniente do Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão em Crimes Contra a Mulher criado em 2019 por um grupo de estudantes universitárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que perceberam a necessidade de ampliar o espaço de debates, denúncias e enfrentamento da violência de gênero dentro da instituição.

O objetivo do Programa é trazer para o grande público questões relevantes referentes ao combate à violência de gênero de forma didática e acessível, de modo a contribuir em diferentes perspectivas, a partir da atuação estudantil em frentes com Profissionais de Saúde, Educação, Infância e Juventude bem como na abordagem de acolhimento de migrantes e refugiadas. Dessa forma, entende-se a necessidade de se desenvolver atividades – que não se limitem ao espaço acadêmico - por meio da criação grupos de estudos, eventos, campanhas de conscientização sobre o tema, além de ministrar oficinas, cursos e capacitação que abordem os diversos tipos de violências de gênero numa perspectiva de promoção da igualdade de gênero. Nesse sentido, o Programa, a partir de uma construção coletiva, busca romper com a cisão criada em uma sociedade desigual e assim, colocar como sujeitos políticos grupos historicamente marginalizados.

Nessa perspectiva, o I Congresso CRIM / UFMG - Gênero, Feminismos e Violência pretende incentivar o debate sobre os progressos e desafios em relação à temática gênero, considerando a integralidade da vivência do ser mulher em uma sociedade machista, cisgênera, heteronormativa, com claros atravessamentos de classe e raça.

O GT 2 - Mulher, Política e Democracia acolheu trabalhos relacionados à participação e representação das diversas mulheres na política no contexto democrático, em um sentido amplo. Propõe-se a discussão sobre a importância de aumentar a ocupação de espaços de poder pelas mulheres, as medidas afirmativas e os desafios - entre eles, a cultura e estrutura patriarcal do sistema político-partidário e a violência política de gênero.

# **VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES: UM ATAQUE À DEMOCRACIA**

## **GENDER POLITICAL VIOLENCE AGAINST WOMEN: AN ATTACK ON DEMOCRACY**

**Yasmim Maia Teles Silveira <sup>1</sup>**

### **Resumo**

O artigo tematiza a violência política de gênero contra as mulheres como forma de golpeamento da democracia. Numa pesquisa bibliográfica, dialoga com fontes escritas para entender o aumento de agressões sexistas às candidatas a cargos eletivos nas eleições municipais de 2020. Investiga a desigualdade nas representações político-eleitorais num viés de gênero, em relação à violência política e como afeta a democracia. Resultados evidenciam descredenciamento da participação feminina na política mediante ataques misóginos. Sinaliza avanços e retrocessos no pleito eleitoral e violência política de gênero que precisa ser combatida através de ações e políticas públicas de coibição e punição aos infratores.

**Palavras-chave:** Desigualdade, Violência política, Gênero, Democracia, Eleições municipais

### **Abstract/Resumen/Résumé**

The article thematizes gender political violence against women as a way of striking democracy. In a bibliographical research, it dialogues with written sources to understand the increase in sexist aggressions against candidates for elective office in the 2020 municipal elections. It investigates inequality in political-electoral representations in a gender bias, in relation to political violence and how it affects democracy. Results show disaccreditation of female participation in politics through misogynistic attacks. It signals advances and setbacks in the election and gender political violence that needs to be combated through actions and public policies of inhibition and punishment to offenders.

**Keywords/Palabras-claves/Mots-clés:** Inequality, Political violence, Gender, Democracy, Municipal elections

---

<sup>1</sup> Bacharela em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

## **1 INTRODUÇÃO**

Avançamos para construir insumos que contribuam para potencializar que mulheres, negros, pobres, assumam o papel de sujeitos para uma cidadania ativa. Conquistar uma cidade de direitos é uma ação fundamental para a revolução no contemporâneo. E esse é o nosso lugar, esses são os desafios colocados para o nosso mandato. Marielle Franco (2018, p. 125)

É com as palavras proferidas por Marielle Franco, vítima de assassinato de cunho político, que iniciamos este artigo, que tematiza da violência política de gênero contra as mulheres como forma de golpear a democracia. O que nos move e motiva é justamente o cenário atual, com um aumento significativo de ataques às candidatas em todo o país, com a proliferação de fake news, bem como agressões misóginas e sexistas principalmente nas redes sociais.

Imbuída do propósito acima, incursionamos pelo cenário político brasileiro relacionado às eleições de 2020 tentando problematizar os resultados das eleições municipais, limitando o estudo ao período eleitoral de 2020. Nesse propósito, nossos objetivos são: investigar a desigualdade nas representações político-eleitorais a partir da perspectiva de gênero, entender suas causas, principalmente com relação à violência política e buscar compreender como isso afeta a democracia. Os resultados das eleições municipais são reveladores e expõem as tensões decorrentes de questões concernentes a um sistema opressivo de descredenciamento do papel feminino na política brasileira, assim como sinalizamos alguns avanços e retrocessos nos últimos pleitos eleitorais.

Ressaltamos que há 88 anos, em 1932, o Código Eleitoral Brasileiro assegurou às mulheres o direito ao voto, resultado de mais de um século de luta. Contudo, como falar em democracia plena se, apesar de homens e mulheres serem iguais perante à Constituição, na prática ainda existem diversas paredes (in)visíveis a serem derrubadas para chegarmos a uma igualdade? Tais questões nos comovem e nos movem à presente investigação que propomos, conforme evidenciamos nos objetivos delineados a seguir.

## **2 OBJETIVOS**

O estudo que delineamos investiga de que forma a desigualdade ocorre nas representações político-eleitorais, a partir da perspectiva de gênero, com o objetivo de demonstrar como a violência de gênero que afeta as mulheres pode ser ameaçadora para a democracia. Para tanto, buscamos entender possíveis causas, principalmente àquelas

relacionadas à violência política e como a mesma impacta nosso sistema democrático. Nesse viés, problematizamos os resultados das eleições municipais, expondo as tensões decorrentes de questões concernentes a um sistema opressivo de descredenciamento do papel feminino na política brasileira, assim como sinalizamos alguns avanços e retrocessos nas últimas eleições. Para tanto, traçamos um percurso metodológico capaz de nos conduzir à reflexão pretendida.

### **3 METODOLOGIA**

O estudo aborda o cenário político atual, no que tange à violência política de gênero, utilizando o conceito de gênero como ferramenta de análise. Por conseguinte, a opção metodológica é de viés bibliográfico, mesclando-o com reportagens que relatam casos de violência política no Brasil. Assim, utilizamos a abordagem qualitativa e nos apoiamos no método de abordagem hipotético-dedutivo, efetivando uma busca em fontes diversas, intentando levantar informações preliminares a respeito do recorte temático e campo de interesse do estudo (MARCONI; LAKATOS, 2016).

Para discussão dos dados selecionados, tratamos com as seguintes categorias de pesquisa: gênero; violência política; eleições municipais e democracia. Concernente à escolha da temática, salientamos que foi de ordem pessoal, considerando nossa curiosidade científica em compreender o contexto atual no que tange à violência política de gênero em nosso país. Nesse sentido, pretendemos contribuir para reflexões acerca do exercício político de luta diária por posições de respeito e representatividade, combatendo os discursos violentos que proliferam na nossa sociedade.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Numa análise da situação da democracia brasileira a partir de um viés minimalista, Nóbrega Jr. (2010, p. 61) chegou à conclusão que o Brasil não tem uma democracia consolidada. Ele pondera que somente a realização de eleições justas não é critério suficiente para dizer que o país é totalmente democrático, pois há confluência de características democráticas e autoritárias, um “hibridismo institucional” ou “semidemocrático” (pg. 61), diferente da teoria submínima Schumpeteriana, como assinala o autor, que estabelece critérios mínimos e básicos para qualquer regime democrático. Mouffe (2003) reitera que uma sociedade verdadeiramente democrática é aquela que se baseia nas diferenças, no dissenso e

no antagonismo legítimo dos projetos na esfera pública. A autora propõe um modelo “agonístico” de democracia, o qual chamou de “pluralismo agonístico”, que emerge na diversidade e “[...] pressupõe que o “outro” não seja visto como um inimigo a ser destruído, mas como um “adversário”, isto é, alguém com cujas ideias iremos lutar, mas cujo direito de defender tais idéias não vamos questionar.” (MOUFFE, 2003, p. 6).

Esse modelo pluralístico de respeito às diferenças é essencial para que nos emancipemos dessa política neoliberal, hegemônica e patriarcal intrínseca ao nosso país dominado pelo patriarcado e que tem incentivado cisões justamente para poder exercer o domínio e a manutenção de privilégios masculinos. Nesse mesmo sentido, chegamos a outra questão crucial: a representatividade na política. Se uma sociedade democrática necessita de uma pluralidade de visões e projetos, não devemos esquecer de uma pluralidade também de sujeitos, afinal os projetos políticos e o engajamento estão relacionados a uma série de características culturais que formam o indivíduo. Para Anne Phillips (2001, p. 01), esse é o questionamento em torno da política de presença ou da política de ideias. Ela defende que, cada vez mais, é necessária a participação efetiva e presencial dos grupos excluídos nos locais decisórios, algo que é traduzido de modo frequente na implementação das cotas eleitorais. Contudo, conforme a autora, isso não deve se limitar à escolha de um outro modo de representação, mas sim de entender os limites de cada uma delas, equacionando-se de forma justa um sistema que agregue não só ideias, mas também presença.

Ao nosso ver, enquanto eleitora, na esfera política isso significaria votar em mulheres, mas não somente, mulheres trans, lésbicas, periféricas, indígenas, negras, além disso, feministas que lutem pelas causas dos grupos minoritários e excluídos. É a política de presença e ideias que se complementam. Na teoria, essa forma de democracia é a mais desejável, mas na prática a sua eficácia fica comprometida por diversos fatores. Para Saffioti (2015), as relações de gênero entre homens e mulheres são desiguais e construídas socialmente com frequência, principalmente concernente à violência dos homens contra as mulheres, isto porque tem-se “a falocracia como caldo de cultura”. (SAFFIOTI, 2015, p. 75). A violência política de gênero não é novidade, tratando-se de um problema que tem acontecido com mais frequência entre as mulheres, principalmente nessas últimas eleições cujas campanhas eleitorais ocorreram em meio a uma pandemia, ganhando força nas redes sociais e conseqüentemente impondo às mesmas mais ataques e discursos de ódio. Algo que contribui de modo nefasto para dominação do feminino e tentativa de circunscrição do seu espaço de atuação política e social. Afinal, como estabelecer uma sociedade democrática se

não há igualdade entre os representantes da população?! A violência política de gênero se tornou sistêmica, faz parte de uma estrutura interseccional que, juntamente com outras opressões, impedem as mulheres de exercerem seus direitos, de alcançarem uma igualdade social e até mesmo de viverem, como tem ocorrido no país.

As reflexões acima sinalizam a urgência de discussões sobre o cenário da política brasileira e o processo perverso de exclusão das pautas feministas, de gênero e da efetiva participação feminina na gestão do país, com vistas a interrogarmos ações excludentes e cenários misóginos, causados pelo sistema corrupto, neoliberal e patriarcal do governo brasileiro que objetiva a manutenção do poder, orquestrada pelos grupos hegemônicos predominantemente formados por homens brancos, heteros e ricos de partidos de centro e de direita do país. Esses ataques às mulheres candidatas sempre existiram, contudo nesses dois últimos anos é algo que tem se acirrado e se apropriado de mecanismos do ambiente virtual para ataques de natureza diversa, propagando-se através de *fake news*, violências, preconceitos raciais, de gênero e de classe. Assim, o estudo aqui proposto se justifica justamente pela urgência de pautarmos tais questões, propiciando reflexões e fomentando novos estudos que investiguem e proponham ações de combate às desigualdades de gênero no âmbito da política do país.

## 5 CONCLUSÃO

O cenário exposto ao longo do texto sinaliza alguns avanços, especialmente com relação à ampliação no número de candidatas. Porém, questionamo-nos por que a presença de mulheres na política tem provocado tantos incômodos. Podemos ver, no atual (des)governo uma campanha acirrada contra as pautas feministas, uma agenda de retrocessos históricos e a demonização das questões concernentes a gênero. Tais ataques às minorias excluídas socialmente pelos padrões é uma forma de manter o poder com a hegemonia masculina, cis, branca, heterossexual e rica. A violência política de gênero contra as mulheres é uma forma de manutenção do patriarcado, pois reiteradamente a capacidade das mulheres é questionada e contestada com base em preconceitos e na misoginia, operando-se perversamente com separações e hierarquias, pressões econômicas, políticas e sociais que alimentam o sistema de dominação e exploração do feminino, como tão bem explicita Saffiotti (2015).

Em suma, entendemos que a democracia plena só será minimamente alcançada quando esse cenário de opressão acabar e der espaço às mulheres no poder, livres das amarras do



discurso de ódio, assédios e violências. Logo, é necessário nosso engajamento, enquanto sociedade civil, para garantirmos nosso direito de igualdade dos gêneros, principalmente na política. Apesar dos grandes avanços dos direitos humanos no Brasil, ainda temos muitos obstáculos para uma efetiva representação das pautas feministas e de minorias no cenário político-eleitoral, algo que precisa mudar. Devemos lutar para que o poder não esteja concentrado na hegemonia excludente e para que os pleitos das vozes silenciadas sejam ouvidos, só assim a democracia será uma realidade.

## REFERÊNCIAS

FRANCO, Marielle. Mulher, negra, favelada e parlamentar: resistir é pleonasmo. In.: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. O golpe na perspectiva de gênero. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 117-126.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. Política & Sociedade, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 11-26, out. 2003. ( Democracia, cidadania e a questão do pluralismo (tse.jus.br).

NOBREGA JR., José Maria Pereira da. A semidemocracia brasileira: autoritarismo ou democracia?. Sociologias, Porto Alegre, n. 23, p. 74-141, abr. 2010. ([http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S15175222010000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S15175222010000100005&lng=pt&nrm=iso)>).

PHILLIPS, ANNE. De uma política de ideias a uma política de presença?. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001. ([http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2001000100016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2001000100016&lng=en&nrm=iso)).

RAMOS, Ana Flávia Cernic; FRACCARO, Glaucia. O golpe de 2016 na vida das mulheres. In.: MATTOS, Hebe; BESSONI, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. (Org.). Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2016, pp. 198-202.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.